

☐ REQUERIMENTO Número /XIII (.ª)

☒ PERGUNTA Número /XIII (.ª)

Assunto: Precários do Instituto Nacional Ricardo Jorge

Destinatário: Ministério do Trabalho e da Segurança Social

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

O Setor de Tecnologias de Informação e Comunicação do Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge (INSA, IP) é assegurado através de um contrato de prestação de serviços estabelecido entre o INSA, IP e os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS, EPE).

Quatro desses trabalhadores (um técnico superior de informática e três técnicos de informática) trabalham no INSA há 13 (8+5), 9, 8 e 8 anos, respetivamente, como prestadores de serviços diretamente ao INSA, IP (“recibos verdes” ou “regime de cedência de interesse público”) primeiro recorrendo à intermediação de uma empresa privada e atualmente recorrendo à intermediação dos SPMS, EPE.

Os referidos trabalhadores estão sujeitos a controlo biométrico de assiduidade, horário completo e dependência hierárquica técnica do Diretor de Gestão de Recursos Técnicos do INSA, IP. O funcionamento de todas as infraestruturas e aplicações informáticas do INSA, IP (de enorme importância na proteção da Saúde Pública) dependem totalmente deles.

Neste momento vigoram contratos individuais de trabalho a termo incerto com os SPMS, EPE cuja duração máxima não pode exceder 6 anos (cf n.º 4, art.º 148.º do Código do Trabalho). Os presentes contratos dos três técnicos irão cessar em 31.12.2017.

Estes trabalhadores requereram a regularização da sua situação laboral através do Programa de Regularização dos Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP), havendo, pelo que se sabe, disponibilidade e interesse do INSA, IP em que essa regularização se concretize. Ora, estes trabalhadores deveriam estar abrangidos pelo mecanismo de prorrogação dos seus contratos até que a regularização tivesse lugar, aliás como se prevê na lei que será votada no dia 6 de outubro, e como foi feito, em agosto, relativamente aos técnicos especializados da educação, que viram os seus contratos prorrogados, após a intervenção do Bloco de Esquerda e de acordo com um despacho do Ministério da tutela respetiva. Seria inaceitável, na verdade, que ao mesmo tempo que corre um processo de regularização das situações de precariedade, estes e outros trabalhadores precários da Administração Pública fossem confrontados com a cessação dos seus contratos e com uma situação de desemprego.

Ora, de acordo com informações chegadas ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, os SPMS,

EPE informaram os trabalhadores de que deveriam denunciar os seus contratos individuais de trabalho a termo incerto até à próxima 6ª feira, 29.09.2017, prometendo os SPMS, EPE abrir posteriormente um concurso para os mesmos postos de trabalho a que os atuais trabalhadores se poderiam candidatar.

Ora, a ser verdade, esta sugestão é errada, grave e perversa. Primeiro, porque nos termos do Código do Trabalho esgotados os 6 anos e mantendo-se os trabalhadores em funções sem prévia denúncia do contrato, têm direito a ser vinculados, isto é, à conversão do seu contrato a termo em contrato por tempo indeterminado. Por outro lado, e em sentido diferente, aceitando-se o entendimento de que é nulo o contrato de trabalho com uma entidade pública empresarial (E.P.E), sem precedência do procedimento de recrutamento e seleção de trabalhadores que assegure os princípios da igualdade de oportunidades, da imparcialidade, da boa-fé, da não discriminação e da publicidade e uma vez que decorre o PREVPAP, o que devia ser feito de imediato era a prorrogação destes contratos até à sua regularização no início de 2018.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Está o Governo disponível para, a tempo útil, dar instruções para a prorrogação dos contratos destes trabalhadores?
3. Tem o Governo conhecimento de mais situações deste tipo? Em caso afirmativo, e até à entrada em vigor da normal legal que prevê a prorrogação destes contratos, que dispositivo legal prevê o Governo utilizar para salvaguardar trabalhadores nesta situação?

Palácio de São Bento, 28 de setembro de 2017.

**Os Deputados e as Deputadas,
José Soeiro, Isabel Pires, Moisés Ferreira e Luís
Monteiro**